

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Obras do autor</i>	VII
<i>Apresentação</i>	XIII
<i>Nota do autor</i>	XV

Capítulo I DIREITO ADMINISTRATIVO

I — O DIREITO, SEUS RAMOS E SUB-RAMOS	1
II — DIREITO ADMINISTRATIVO, SUB-RAMO DO DIREITO PÚBLICO	2
III — A EXPRESSÃO “DIREITO ADMINISTRATIVO”	2
IV — CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	3
V — PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	6
1. Aspectos gerais	6
2. Princípios de Direito Administrativo	7
2.1. Princípio da legalidade	7
2.2. Princípio da impessoalidade	9
2.3. Princípio da moralidade	9
2.4. Princípio da publicidade	11
2.5. Princípio da finalidade	14
2.6. Princípio da continuidade	17
2.7. Princípio da indisponibilidade	18
2.8. Princípio da autotutela	19
2.9. Princípio da supremacia do interesse público	20
2.10. Princípio da igualdade	20

2.11. Princípio da eficiência.....	22
2.12. Princípio da motivação.....	23
2.13. Princípio da razoabilidade.....	24
 VI — INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO...	25
 VII — FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	27
1. Conceito.....	27
2. Espécies.....	27
2.1. A lei.....	28
2.2. A jurisprudência.....	29
2.3. Costume.....	31
2.4. Princípios gerais de direito.....	32
3. Outras fontes.....	32
 VIII — CODIFICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	32
 IX — O DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS RELACIONA- MENTOS	34
 X — ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO ADMINISTRA- TIVO.....	37
1. Remota Antigüidade.....	38
2. Antigüidade clássica: Grécia e Roma.....	38
3. Idade Média.....	39
4. Idade Moderna.....	39
 XI — DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL.....	41

Capítulo II **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OBJETO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	43
 II — CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	43
 III — ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	44
 IV — ÓRGÃOS PÚBLICOS	46

XVIII

1. O querer e o agir do Estado.....	46
2. A natureza dos órgãos públicos.....	46
3. Conceito e competência do órgão público.....	48
4. Relação entre a vontade do órgão e a do agente público..	49
5. Relações interorgânicas.....	49
6. Classificação dos órgãos públicos.....	50
6.1. Os critérios de classificação.....	50
6.1.1. Quanto à posição que ocupam na estrutura estatal.....	50
6.1.2. Quanto à composição do órgão.....	51
6.1.3. Quanto à atuação funcional.....	51
V — HIERARQUIA ADMINISTRATIVA.....	52
VI — ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	54
1. Conceito.....	54
2. Natureza e fim.....	55
3. Princípios básicos.....	56

Capítulo III

ATO ADMINISTRATIVO

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	57
II — ATO ADMINISTRATIVO.....	58
1. Aspectos preliminares.....	58
2. Conceito.....	60
3. Requisitos do ato administrativo.....	61
3.1. Agente público competente.....	61
3.2. Finalidade.....	63
3.3. Forma.....	63
3.4. Motivo.....	65
3.5. Conteúdo.....	67
3.6. Objeto.....	68
3.7. Causa.....	68
4. Perfeição, validade e eficácia.....	69
5. Vigência e eficácia.....	71
6. Efeitos do ato administrativo.....	71
7. Atributos do ato administrativo.....	73
7.1. Presunção de legitimidade.....	73

7.2. Imperatividade.....	74
7.3. Exigibilidade.....	75
7.4. Auto-executoriedade	75
III — CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	77
1. Critérios de classificação	77
1.1. Quanto à natureza da atividade administrativa	78
1.2. Quanto à natureza do conteúdo	79
1.3. Quanto aos destinatários do ato.....	79
1.4. Quanto ao grau de liberdade da Administração Pública para decidir.....	80
1.5. Quanto aos efeitos.....	81
1.6. Quanto à abrangência dos efeitos.....	81
1.7. Quanto à composição da vontade.....	81
1.8. Quanto à vontade administrativa.....	82
2. Quadro sinótico	83
IV — ATO ADMINISTRATIVO EM ESPÉCIE.....	83
1. As espécies de atos administrativos	83
1.1. Admissão.....	84
1.2. Permissão	84
1.3. Autorização	85
1.4. Aprovação	85
1.5. Homologação	86
1.6. Licença	86
1.7. Concessão.....	87
1.8. Dispensa	87
1.9. Adjudicação.....	87
1.10. Revogação.....	88
1.11. Invalidação.....	88
2. Quadro sinótico	88
V — EXTERIORIZAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	89
1. As diversas fórmulas de exteriorização.....	89
1.1. Decreto	89
1.2. Portaria	89
1.3. Alvará.....	90
1.4. Aviso	90
1.5. Circular.....	90

1.6. Ordem de serviço	90
1.7. Resolução	91
1.8. Ofício	91
1.9. Instrução	91
1.10. Despacho	92
1.11. Parecer	92
1.12. Certidão	93
2. Quadro sinótico	94
VI — PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	94
VII — VINCULAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE	96
VIII — EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	99
1. Causas determinantes da extinção	99
2. Extinção do ato eficaz	100
2.1. Cumprimento dos efeitos	100
2.2. Desaparecimento do sujeito da relação jurídica	101
2.3. Desaparecimento do objeto da relação jurídica	101
2.4. Retirada	102
2.5. Renúncia	103
3. Extinção do ato ineficaz	103
3.1. Recusa	103
3.2. Mera retirada	104
4. Quadro sinótico	104
IX — REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	104
1. Conceito	105
2. Espécies de revogação	105
3. Objeto, motivo e conteúdo	107
4. Natureza, eficácia e fundamento	107
5. Competência revogatória	107
6. Irrevogabilidade	108
7. Revogação e indenização	109
8. Revogação em outros ramos do Direito	110
9. Revogação da revogação e repristinação	110
10. Nova decretação do ato revogado	111
X — INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	111
1. Conceito	111

2. Objeto, motivo, conteúdo e espécies	112
3. Natureza, fundamento e efeitos	113
4. Competência invalidadora	114
5. Invalidação e indenização	115
6. Convalidação	115
7. Prescrição e invalidade	116
8. Nova decretação do ato invalidado	117
XI — CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	118

Capítulo IV
PODERES REGULAMENTAR E DE POLÍCIA

I — INTRODUÇÃO.....	119
II — PODER REGULAMENTAR.....	119
1. Conceito.....	119
2. Poder, faculdade ou atribuição	120
3. Fundamento	121
4. Atribuição originária ou derivada.....	122
5. Limites à atribuição regulamentar.....	122
6. Regulamento.....	123
6.1. Conceito	123
6.2. Instrumento ou veículo do regulamento.....	123
6.3. Classificação.....	124
6.4. Regulamento em relação à lei	124
6.4.1. Regulamento executivo.....	124
6.4.2. Regulamento delegado.....	125
6.4.3. Regulamento autônomo	125
7. Outros aspectos do regulamento.....	126
III — PODER DE POLÍCIA	126
1. Introdução.....	126
2. Conceito.....	127
3. Fundamento	127
4. Características	128
5. Objeto, motivo e fins	129
6. Competência.....	129
7. Sentido amplo e estrito.....	130
8. Polícia administrativa vs. polícia judiciária.....	131

9. Discricionariedade e vinculação do poder de polícia.....	131
10. Manifestação da atribuição de polícia.....	131
11. Limites da atribuição de polícia	132
12. Campos de atuação	132
13. O ato de polícia.....	133
14. Auto-executoriedade do ato de polícia.....	134
15. Indelegabilidade	135
16. Sanções.....	136
17. Controle do ato de polícia	137
18. Prescrição do ato de polícia	137

Capítulo V

AGENTES PÚBLICOS

I — CONCEITO DE AGENTES PÚBLICOS	139
II — O COMUM NOS AGENTES PÚBLICOS	140
III — CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	140
IV — PODERES	140
V — USO E ABUSO DO PODER	141
1. A razão do poder	141
2. O uso do poder	142
3. A expressão “abuso de poder”	142
4. Caracterização.....	144
5. Abuso de poder nos atos legais e ilegais.....	147
6. Abuso de poder nos atos discricionários e vinculados ...	148
7. Abuso de poder nos atos omissivos e comissivos.....	148
8. Conceito de abuso de poder	148
9. Repressão ao abuso de poder	148
10. Responsabilidade por atos de abuso de poder	149
VI — PRERROGATIVAS DO AGENTE PÚBLICO	150
VII — DEVERES DO AGENTE PÚBLICO	150
1. Dever de agir	150
2. Dever de eficiência	151
3. Dever de probidade	153
4. Dever de prestar contas	154

VIII —CLASSIFICAÇÃO	155
1. Agentes políticos	156
2. Agentes temporários.....	159
3. Agentes de colaboração.....	166
3.1. Conceito	166
3.2. Espécies.....	167
4. Servidores governamentais.....	168
4.1. Conceito e característica	168
4.2. Regime jurídico.....	169
4.3. Emprego, quadro e carreira	169
4.4. Ingresso	170
4.5. Direitos e obrigações.....	170
4.6. Extinção do vínculo.....	171
5. Servidores públicos	171
5.1. Conceito	171
5.2. Características	172
5.3. Espécies.....	172
5.4. Competência organizacional	174
5.5. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores	176
5.5.1. Acessibilidade a cargos, empregos e funções ...	176
5.5.2. Ingresso no quadro.....	177
5.5.2.1. Concurso público.....	178
5.5.2.2. Livre escolha	183
5.5.2.3. Processo seletivo público	184
5.5.3. Proibição de acumular	184
5.5.4. Retribuição.....	188
5.5.4.1. Conceito	189
5.5.4.2. Espécies	189
5.5.4.3. Vencimento, vencimentos, remuneração e subsídio	190
5.5.4.4. Fixação, alteração e limites	191
5.5.4.5. Revisão geral	194
5.5.4.6. Irredutibilidade	196
5.5.4.7. Pagamento	196
5.5.5. Direito de greve	197
5.5.6. Direito à livre associação sindical	198
5.5.7. Investidura em mandato eletivo.....	199
5.5.8. Responsabilidade regressiva	200
5.5.9. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento.....	201

5.6.	Servidores estatutários.....	201
5.6.1.	Conceito.....	202
5.6.2.	Onde existem.....	202
5.6.3.	Regime jurídico.....	203
5.6.4.	Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores estatutários.....	205
5.6.4.1.	Aposentadoria, proventos, pensão, limites e regras de transição	205
5.6.4.2.	Estabilidade.....	212
5.6.4.3.	Reintegração.....	220
5.6.4.4.	Disponibilidade.....	222
5.6.4.5.	Associação sindical.....	226
5.6.5.	Outros aspectos.....	228
5.6.5.1.	Vitaliciedade.....	229
5.6.5.2.	Inamovibilidade.....	229
5.6.5.3.	Férias.....	230
5.6.5.4.	Licença.....	230
5.6.5.5.	Adicional, gratificação e indenização.....	231
5.6.5.6.	Deveres.....	236
5.6.5.7.	Quarentena.....	238
5.6.5.8.	Atribuição disciplinar.....	239
5.6.6.	Responsabilidade.....	240
5.6.6.1.	Conceito e espécies.....	241
5.6.6.2.	Responsabilidade penal.....	242
5.6.6.3.	Responsabilidade civil.....	243
5.6.6.4.	Responsabilidade administrativa..	245
5.6.7.	Extinção do vínculo.....	248
5.6.7.1.	Extinção por ato administrativo ...	249
5.6.7.2.	Extinção em razão de fato natural .	253
5.6.7.3.	Extinção por força de sentença....	254
5.7.	Agentes militares.....	255
5.7.1.	Conceito.....	255
5.7.2.	Regime.....	255
5.7.3.	Ingresso no quadro.....	256
5.7.4.	Atividade e inatividade.....	257
5.7.5.	Acumulação de cargos.....	258
5.7.6.	Sindicalização e greve.....	259
5.7.7.	Atividade político-partidária.....	260
5.7.8.	Remuneração.....	260

5.7.9. Direitos sociais estendidos aos agentes militares.....	261
5.7.10. Desligamento.....	261
IX — GUARDA MUNICIPAL.....	262
X — LIMITES COM GASTO DE PESSOAL.....	262

Capítulo VI CARGOS PÚBLICOS

I — CONCEITO DE CARGO PÚBLICO.....	265
II — ONDE EXISTEM OS CARGOS PÚBLICOS.....	266
III — CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO.....	267
1. Criação e transformação de cargos no Executivo.....	268
2. Criação e transformação de cargos no Legislativo.....	270
3. Criação e transformação de cargos no Judiciário.....	271
4. Criação e transformação de cargos nos Tribunais de Contas.....	272
IV — CLASSIFICAÇÃO.....	273
1. Segundo a segurança do servidor na titularização do cargo ..	273
2. Segundo a posição do cargo no quadro funcional da Administração Pública.....	277
V — PROVIMENTO.....	278
1. Conceito.....	279
2. Posse.....	279
3. Exercício.....	280
4. Classificação: provimento originário e derivado.....	280
5. Quadro sinótico das formas de provimento.....	284
6. Competência para prover cargo público.....	285
7. Restrições à competência para prover cargo público.....	286
VI — ACUMULAÇÃO.....	287
VII — VACÂNCIA.....	287
1. Conceito.....	288
2. Espécies.....	288

VIII — DESNECESSIDADE	290
IX — EXTINÇÃO.....	292
Capítulo VII SERVIÇO PÚBLICO	
I — INTRODUÇÃO.....	294
II — A LOCUÇÃO “SERVIÇO PÚBLICO”	294
III — CONCEITO.....	295
IV — INSTITUIÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE.....	296
V — CLASSIFICAÇÃO.....	299
VI — PRINCÍPIOS	301
1. Princípio da mutabilidade do regime jurídico da prestação	301
VII — REQUISITOS.....	302
1. Regularidade.....	303
2. Continuidade	303
3. Eficiência.....	303
4. Segurança	304
5. Atualidade	304
6. Generalidade.....	304
7. Cortesia.....	304
8. Modicidade.....	305
VIII — REMUNERAÇÃO	305
IX — DIREITOS DOS USUÁRIOS.....	307
X — DEVERES DOS USUÁRIOS	308
XI — SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO	309
XII — GREVE.....	310

XIII — SUJEIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO CÓDIGO DO CONSUMIDOR.....	311
--	-----

Capítulo VIII EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS.....	313
1. Introdução.....	313
2. Execução centralizada.....	314
3. Execução descentralizada.....	314
II — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA PÚBLICA	316
1. Introdução.....	316
2. Autarquia.....	317
2.1. Conceito	317
2.2. Classificação.....	318
2.3. Criação, instituição, fins, funcionamento e extinção.....	319
2.4. Controle ou tutela.....	321
2.5. Responsabilidade.....	322
2.6. Estrutura e servidores.....	323
2.7. Privilégios	325
2.8. Atos e contratos.....	326
2.9. Patrimônio	326
2.10. Autarquia de regime especial	327
2.11. Execução contra a autarquia.....	327
2.12. A autarquia em juízo	328
2.13. Autarquia estadual, distrital e municipal.....	328
3. Fundação pública.....	328
3.1. Conceito	328
3.2. Fundamento.....	329
3.3. Natureza jurídica	329
3.4. Fins e lucratividade	330
3.5. Criação, instituição, funcionamento e extinção	331
3.6. Patrimônio	332
3.7. Controle.....	333
3.8. Regime tributário	334
3.9. Estrutura e servidores.....	335
3.10. Licitação.....	337
3.11. Prerrogativas	337
3.12. Responsabilidade.....	338

3.13. Execução contra a fundação pública	339
3.14. Fundação pública em juízo.....	339
3.15. Fundação pública estadual, distrital e municipal ...	340
4. Agências executivas	340
4.1. Introdução	340
4.2. Legislação	340
4.3. Conceito	341
4.4. Natureza	342
4.5. Qualificação.....	342
4.6. Criação	342
4.7. Desqualificação	342
4.8. Privilégios	343
4.9. Servidores.....	343
4.10. Atos e contratos.....	344
4.11. Agência executiva estadual, distrital e municipal ...	344
5. Agências reguladoras	344
6. Consórcios públicos	346
6.1. Introdução	346
6.2. Competência legislativa	347
6.3. Competência para instituir consórcios públicos e convênios de cooperação.....	348
6.4. Conceito	348
6.5. Modalidades	350
6.6. Constituição.....	351
6.7. Protocolo de intenções	352
6.8. Consorciados	354
6.9. Área de atuação do consórcio público	355
6.10. Objetivos	355
6.11. Competências	356
6.12. Contrato de rateio.....	356
6.13. Receitas e despesas	358
6.14. Controle pelo Tribunal de Contas	358
6.15. Alteração e extinção.....	359
6.16. Retirada do consorciado.....	360
6.17. Regulamentação e inaplicabilidade.....	360
6.18. Pessoal dos consórcios públicos.....	360
6.19. Responsabilidade.....	361
6.20. Estatuto.....	362
6.21. Contrato de programa.....	362

6.22. Atos e contratos	364
6.23. Outros aspectos	364
III — DESCENTRALIZAÇÃO PARA UMA PESSOA PRIVADA	364
1. Introdução	364
2. Concessão de serviço público	365
2.1. Conceito	365
2.2. Prazo e prorrogação da concessão de serviço público	367
2.3. Natureza jurídica	368
2.4. Objeto da concessão de serviço público	369
2.5. As partes envolvidas na concessão	369
2.6. Os interesses envolvidos na concessão	370
2.7. Os fundamentos da concessão de serviço público	371
2.8. Competência para celebrar contrato de concessão de serviço público	372
2.9. Procedimento, conteúdo e formalização da concessão de serviço público	373
2.10. A precariedade da outorga	373
2.11. O caráter <i>intuitu personae</i> da concessão de serviço público	374
2.12. Exclusividade da concessão de serviço público	376
2.13. Direitos e encargos do concessionário	377
2.14. Serviço adequado	380
2.15. Política tarifária	380
2.16. Procedimento licitatório	382
2.17. Subconcessão, transferência dos direitos concedidos e cessão do controle societário	386
2.18. Responsabilidade do concessionário	389
2.19. Natureza dos atos e contratos do concessionário	390
2.20. Direitos e encargos do concedente	390
2.21. Direitos e obrigações dos usuários	394
2.22. Extinção da concessão de serviço público	395
2.22.1. Extinção por fato jurídico	396
2.22.1.1. Extinção pelo decurso do prazo	396
2.22.1.2. Extinção em razão do desaparecimento do concessionário	398
2.22.2. Extinção por ato do concedente	399
2.22.2.1. Interesse público	400

2.22.2.2. Desafetação.....	401
2.22.2.3. Inadimplemento.....	401
2.22.2.4. Ilegalidade.....	404
2.23. Extinção por ato conjunto das partes envolvidas na concessão de serviço público.....	405
2.24. Extinção por sentença.....	405
2.25. Quadro sinótico das causas de extinção da concessão de serviço público.....	406
2.26. Reversão dos bens vinculados à concessão de serviço público.....	407
2.27. Arbitragem.....	410
3. Permissão.....	410
4. Autorização.....	412
5. Parcerias público-privadas.....	412
5.1. Introdução.....	412
5.2. Origem.....	413
5.3. Objetivos.....	413
5.4. Fundamento constitucional.....	414
5.5. Fundamento legal.....	415
5.6. Conceito.....	415
5.7. Natureza jurídica.....	416
5.8. Diretrizes.....	416
5.9. Objeto.....	416
5.10. Vedações.....	418
5.11. Espécies.....	418
5.12. Parceiros.....	421
5.13. Escolha do parceiro privado.....	422
5.14. Licitação.....	423
5.14.1. Edital.....	426
5.14.2. Julgamento, adjudicação e homologação.....	426
5.15. Contrato.....	427
5.16. Remuneração do parceiro privado.....	429
5.17. Contraprestação da Administração Pública.....	429
5.18. Garantias de responsabilidade do parceiro público.....	430
5.19. Garantias de responsabilidade do parceiro privado.....	430
5.20. Sociedade de propósito específico.....	431
5.21. Comitê Gestor de Parceria Público-Privada.....	432
5.22. Fundo garantidor.....	434
5.23. Penalidades.....	434
5.24. Extinção da parceria público-privada.....	435

IV — DESCENTRALIZAÇÃO PARA PESSOA GOVERNAMENTAL.....	436
1. Introdução	436
2. Empresa pública	437
2.1. Conceito	437
2.2. Natureza	439
2.3. Fins	439
2.4. Criação, forma, registro, funcionamento e extinção	440
2.5. Patrimônio	442
2.6. Servidores.....	443
2.7. Prerrogativas	444
2.8. Atos e contratos.....	445
2.9. Regime tributário	446
2.10. A empresa pública e terceiros	447
2.11. Controle.....	447
2.12. Responsabilidade.....	448
2.13. Empresa pública e sociedade de economia mista: principais diferenças.....	449
2.14. Empresa pública estadual, distrital e municipal.....	449
3. Sociedade de economia mista.....	450
3.1. Conceito	450
3.2. Natureza	451
3.3. Fins.....	451
3.4. Criação, forma, registro e extinção	452
3.5. Capital	454
3.6. Patrimônio.....	455
3.7. Servidores.....	455
3.8. Prerrogativas	457
3.9. Atos e contratos.....	458
3.10. Regime tributário	459
3.11. A sociedade de economia mista e terceiros.....	459
3.12. Controle.....	460
3.13. Responsabilidade.....	461
3.14. Sociedade de economia mista e empresa pública: principais diferenças.....	462
3.15. Sociedade de economia mista estadual, distrital e municipal.....	462
4. Fundação privada	463

V — ENTIDADES DE COOPERAÇÃO	465
1. Introdução.....	465
2. Serviços sociais autônomos.....	466
3. Organizações sociais	467
4. Organizações da sociedade civil de interesse público.....	471
5. Fundação de apoio.....	474

Capítulo IX LICITAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	478
1. Conceito.....	478
2. Finalidades.....	479
3. Princípios.....	481
3.1. Princípio da padronização.....	482
3.2. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	488
3.3. Princípio da competitividade.....	490
3.4. Princípio do julgamento objetivo.....	492
3.5. Princípio da fiscalização da licitação	493
3.6. Princípio formal e formalismo	495
4. Objeto da licitação.....	498
5. Registro de preços	502
6. Competência legislativa	506
7. Os obrigados a licitar.....	507
8. Promoção da licitação	511
II — EXCLUSÃO DA OBRIGAÇÃO DE LICITAR	511
1. Licitação dispensada.....	512
1.1. Introdução	512
1.2. Hipóteses de dispensa para alienações imobiliárias....	514
1.3. Hipóteses de dispensa para alienações mobiliárias..	520
2. Licitação dispensável	522
2.1. Introdução	522
2.2. Hipóteses em que a licitação é dispensável.....	525
2.2.1. Obras e serviços de engenharia de pequeno valor	525
2.2.2. Serviços, menos os de engenharia, e compras de pequeno valor.....	527

2.2.3. Guerra e grave perturbação da ordem.....	528
2.2.4. Emergência e calamidade pública.....	529
2.2.5. Quando não acudirem interessados à licitação	531
2.2.6. Intervenção, pela União, no domínio econômico	533
2.2.7. Propostas com preços manifestamente superiores aos do mercado	533
2.2.8. Operação entre pessoa pública e órgão ou entidade que a integre	534
2.2.9. Comprometimento da segurança nacional...	535
2.2.10. Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração	536
2.2.11. Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento	537
2.2.12. Compra de hortifrutigranjeiros, pão e gêneros perecíveis	538
2.2.13. Contratação de instituição brasileira voltada à pesquisa, ao ensino e ao desenvolvimento nacional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso.....	538
2.2.14. Aquisição de bens e serviços por intermédio de organização internacional	539
2.2.15. Aquisição e restauração de obras de arte e objetos históricos	539
2.2.16. Impressão de diário oficial, formulários padronizados, edições técnicas oficiais e prestação de serviços de informática.....	540
2.2.17. Aquisição de componentes ou peças originais ..	540
2.2.18. Compras e serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento	541
2.2.19. Compra de material pelas Forças Armadas para manter a padronização exigida pelo apoio logístico.....	542
2.2.20. Contratação de associação de portadores de deficiência física	542
2.2.21. Aquisição de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica	542

2.2.22. Fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural	543
2.2.23. Contratações entre empresas governamentais e suas subsidiárias	544
2.2.24. Contratação de serviços com organizações sociais	545
2.2.25. Contratação por Instituição Científica e Tecnológica ou por agência de fomento para transferência de tecnologia e licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida	546
2.2.26. Celebração de contrato de programa com entes federados ou entidades de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos conforme autorizado em consórcio público ou convênio de cooperação.....	547
2.2.27. Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública	547
2.2.28. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão	549
2.2.29. Quando se der a aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior	549
3. Licitação inexigível	551
3.1. Introdução	551

3.2.	Hipóteses de inexigibilidade	553
3.2.1.	Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	553
3.2.2.	Contratação de serviços técnicos profissionais especializados	556
3.2.3.	Contratação de artistas	560
III	— MODALIDADES DE LICITAÇÃO	560
1.	Aspectos introdutórios	560
2.	As modalidades na Lei federal das Licitações e Contratos da Administração Pública	561
2.1.	Concorrência	563
2.2.	Tomada de preços	569
2.3.	Convite	572
2.4.	Concurso	574
2.5.	Leilão	576
2.6.	Pregão	579
2.6.1.	Pregão presencial	580
2.6.2.	Pregão eletrônico	586
2.7.	Comissão de licitação	589
3.	Registro cadastral	596
IV	— FASES DA LICITAÇÃO	598
1.	Aspectos introdutórios	598
2.	A seqüência das fases na concorrência	599
2.1.	Fase da abertura	599
2.2.	Fase da habilitação	605
2.3.	Fase da classificação	614
2.4.	Fase do julgamento e ordenação das propostas em razão das vantagens oferecidas	617
2.4.1.	Divisibilidade do julgamento	622
2.4.2.	Empate e critério de desempate de propostas ..	624
2.4.3.	Proposta mais vantajosa	625
2.4.4.	Discussão da proposta mais vantajosa ou vencedora	626
3.	Homologação e adjudicação	628
4.	Audiência pública	630

5.	O problema das cooperativas	631
6.	O problema das microempresas e empresas de pequeno porte.....	633
6.1.	A Lei Complementar federal n. 123/2006	633
6.2.	Constitucionalidade	635
6.3.	Vigência	635
6.3.1.	Normas gerais e regulamentares	636
6.4.	Os submetidos ao Estatuto	637
6.5.	Procedimento: licitação tradicional e pregão	638
6.6.	Participação sem favorecimento	639
6.7.	Participação com favorecimento	640
6.8.	Empresas beneficiadas	640
6.8.1.	Pessoa física.....	640
6.8.2.	Consórcio de ME, EPP e COOP.....	641
6.9.	Conceito de ME, EPP e COOP	642
6.9.1.	Receita bruta	643
6.9.2.	Ano-calendário.....	644
6.9.3.	Comprovação.....	645
6.9.4.	Declaração de ME, EPP e COOP	647
6.9.5.	Finalidade da declaração.....	648
6.9.6.	Momento de apresentação da declaração....	648
6.10.	Regime diferenciado e favorecido	649
6.11.	Participação sem estar regular para com o fisco	650
6.11.1.	Conseqüências da não-regularização.....	651
6.11.1.1.	Decadência do direito à contratação.	652
6.11.1.2.	Aplicação do art. 81 da Lei federal n. 8.666/93.....	652
6.11.1.3.	Convocação dos remanescentes....	653
6.11.1.4.	Revogação da licitação	655
6.12.	Empate nas propostas licitatórias	655
6.12.1.	Empate real nas licitações tradicionais	656
6.12.2.	Empate real no pregão	657
6.12.3.	Empate ficto nas licitações tradicionais	658
6.12.4.	Empate ficto no pregão	658
6.13.	Nova proposta e regularização fiscal na concorrência	659
6.13.1.	Hipótese de empate real	662
6.13.2.	Hipótese de empate ficto	664

6.14. Nova proposta e regularização fiscal no pregão.....	665
6.14.1. Hipótese de empate ficto no pregão.....	668
6.15. Por que dos cinco dias úteis	669
6.16. Licitações diferenciadas	671
6.16.1. Licitação exclusiva para ME, EPP e COOP...	672
6.16.2. Licitação com obrigação do vencedor de sub-contratar.....	674
6.16.3. Licitação com cota em favor de ME, EPP e COOP	677
6.17. Cédula de crédito microempresarial.....	679
6.18. Balanço patrimonial	679
6.19. Instrumento convocatório.....	680
7. Pré-qualificação	680
V — REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO.....	683
1. Introdução.....	683
2. Revogação	683
3. Invalidação	686
4. Desistência.....	690
VI — CONTROLE DA LICITAÇÃO.....	691
1. Recursos administrativos.....	691
1.1. Recurso hierárquico	693
1.2. Representação	695
1.3. Pedido de reconsideração.....	696
2. Recursos judiciais.....	697
3. Controle pelo Tribunal de Contas	698

Capítulo X CONTRATO ADMINISTRATIVO

I — ASPECTOS GERAIS.....	700
1. Introdução.....	700
2. Regime jurídico	701
3. Direitos do contratado	705
4. Conceito.....	705
5. Objeto.....	706

6. As partes contratantes.....	707
7. Competência legislativa	708
8. Interpretação	709
9. Pré e pós-requisitos	710
10. Vigência e eficácia.....	711
11. Prazo contratual.....	712
11.1. Contagem.....	720
11.2. Prorrogação	721
11.3. Redução	723
12. Garantias.....	723
13. Inatingibilidade das cláusulas contratuais por lei posterior	727
II — FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .	728
1. Conceito.....	728
2. Instrumento.....	728
2.1. Conceito	728
2.2. Espécies	729
2.3. Forma	730
2.4. Partes do termo de contrato.....	731
2.5. Exame e aprovação da assessoria jurídica	734
2.6. Conhecimento do termo de contrato	735
3. Cláusulas exorbitantes.....	736
4. Publicidade.....	738
5. Registro	740
III — EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	740
1. Conceito.....	740
2. Acompanhamento.....	741
3. Cláusulas <i>rebus sic stantibus</i> e <i>pacta sunt servanda</i>	741
4. Teoria da imprevisão e revisão do contrato.....	742
5. Reajustamento de preços	744
6. Repactuação.....	745
7. Direitos e obrigações das partes	747
8. Equação econômico-financeira.....	748
9. Fato do príncipe e fato da Administração	749
10. Subcontratação e cessão do contrato	752
11. Associação, fusão, cisão ou incorporação	756
12. Recebimento do objeto.....	759
13. Pagamento	762

IV — ALTERAÇÃO DO CONTRATO	764
1. Conceito.....	764
2. Espécies	765
3. Onde pode incidir a alteração.....	765
4. Acréscimos e supressões	767
5. Aditamento	769
V — INEXECUÇÃO DO CONTRATO.....	770
1. Conceito.....	770
2. Espécies	770
3. Quem pode descumprir o contrato	771
4. Conseqüências da inexecução	771
5. A exceção de contrato não cumprido	774
6. Arbitragem.....	776
VI — CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS	777
VII — EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	778
1. Fatos e atos extintivos	779
2. Extinção em razão de um fato	780
2.1. Extinção pelo cumprimento do objeto	782
2.2. Extinção pelo cumprimento do prazo	782
2.3. Extinção pelo desaparecimento do contratante particular.....	783
2.4. Extinção pelo desaparecimento do objeto.....	785
3. Extinção em razão de um ato	786
3.1. Rescisão administrativa.....	786
3.2. Rescisão consensual	790
3.3. Rescisão judicial.....	791
VIII — CONTRATOS EM ESPÉCIE	792
1. Generalidades	792
1.1. Contrato de obra pública	792
1.2. Contrato de serviço	794
1.2.1. Terceirização.....	795
1.3. Contrato de fornecimento.....	798
1.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	798
1.5. Contrato de concessão de obra pública	799
1.6. Contrato de empréstimo público	800
1.7. Contrato de gestão.....	800

1.8. Convênios e consórcios.....	802
1.8.1. Introdução	802
1.8.2. Convênios	802
1.8.3. Consórcios	807

Capítulo XI

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

I — ASPECTOS GERAIS.....	809
1. Intervenção	809
2. Modalidades de intervenção.....	810
3. Fundamentos da intervenção.....	811
4. Competência para intervir na propriedade	811
5. Procedimento interventivo	811
6. Limites.....	811
II — INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	812
1. Introdução.....	812
2. Conceito.....	812
3. Meios interventivos	812
3.1. Limitação administrativa.....	813
3.2. Ocupação temporária	815
3.3. Servidão administrativa.....	817
3.4. Tombamento e registro	819
3.5. Parcelamento e edificação compulsórios	823
3.6. Requisição.....	823
III — INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	825
1. Introdução.....	825
2. Conceito.....	826
3. Competência interventiva.....	826
4. Fundamento	826
5. Meios interventivos	827
5.1. Controle de preços.....	827
5.2. Controle do abastecimento.....	828
5.3. Repressão ao abuso do poder econômico.....	828
5.4. Monopólio	829
5.5. Fiscalização.....	829

5.6. Incentivo.....	829
5.7. Planejamento.....	830

Capítulo XII DESAPROPRIAÇÃO

I — ASPECTOS GERAIS.....	831
1. Introdução.....	831
2. Conceito.....	832
3. Espécies.....	832
4. Fundamentos.....	835
5. Competências legislativa, declaratória e executória.....	836
6. Aquisição originária.....	838
7. Beneficiários dos bens expropriados.....	839
II — REQUISITOS CONSTITUCIONAIS.....	839
1. Introdução.....	839
2. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social.....	840
3. Prévia e justa indenização em dinheiro.....	842
III — DESVIO DE FINALIDADE.....	847
IV — CONSUMAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	848
V — RETROCESSÃO.....	849
VI — OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	852
1. O que pode ser desapropriado.....	852
2. Desapropriação de bem público.....	854
3. Desapropriação de bens de autarquias, empresas governamentais e concessionárias.....	855
4. Desapropriação de ações.....	858
VII — DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA.....	859
1. Conceito.....	859
2. Requisitos.....	859
VIII — DESAPROPRIAÇÃO PARA URBANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO.....	860
I. Conceito.....	860

XLII

2. Implantação de loteamento.....	861
3. Implantação de distrito industrial.....	862
4. Desapropriação nos termos do art. 182, § 4º, III, da Constituição Federal.....	863
IX — PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	864
1. As fases do procedimento.....	865
2. Declaração expropriatória	865
2.1. Conceito	865
2.2. Competência.....	866
2.3. Objeto.....	867
2.4. Requisitos.....	867
2.5. Efeitos	867
2.6. Caducidade.....	867
3. Direitos do expropriado na vigência da declaração expropriatória	868
4. Execução expropriatória.....	869
4.1. Execução amigável.....	869
4.2. Execução judicial	870
5. Defesa do expropriado e direito de extensão.....	871
X — IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE	871
1. Conceito.....	871
2. Requisitos	872
2.1. Declaração de urgência	872
2.2. Depósito	873
2.2.1. Imissão provisória de posse em geral.....	873
2.2.2. Imissão provisória de posse em particular.....	874
3. Imissão provisória de posse e ingresso no bem.....	875
4. Imissão provisória de posse amigável	875
5. Imissão definitiva de posse.....	876
XI — PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.....	876
XII — DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO.....	877
XIII — CONTROLE JURISDICIONAL DA DESAPROPRIAÇÃO	879
1. Incidência	879
2. Anulação.....	879

Capítulo XIII BENS PÚBLICOS

I — ASPECTOS GERAIS.....	880
1. A locução “bens públicos”	880
2. Conceito.....	880
3. Propriedade.....	881
4. Defesa.....	882
5. Classificação.....	882
5.1. Bens de uso comum do povo	883
5.2. Bens de uso especial.....	885
5.3. Bens dominicais	886
6. Afetação e desafetação	886
7. Competência legislativa	889
8. Regime jurídico.....	889
II — AQUISIÇÃO	892
1. Aspectos preliminares	892
2. Aquisição originária e derivada.....	893
3. Aquisição <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	894
4. Aquisição pela transcrição do título aquisitivo	894
4.1. Contrato de compra e venda.....	895
4.1.1. Bem.....	895
4.1.2. Preço	896
4.1.3. Consentimento	897
4.1.4. Forma.....	897
4.1.5. Processo	898
4.1.6. Interesse público	899
4.1.7. Avaliação	900
4.1.8. Lei autorizadora	901
4.1.9. Licitação.....	902
4.2. Contrato de troca ou permuta.....	902
4.3. Contrato de doação.....	905
4.4. Contrato de dação em pagamento	907
4.5. O resgate no contrato de aforamento	908
5. Aquisição por acessão	909
5.1. Acessão pela formação de ilha.....	910
5.2. Acessão por aluvião	911
5.3. Acessão por avulsão.....	911
5.4. Acessão do álveo pelo abandono das águas.....	912

6.	Aquisição pela usucapião	912
7.	Aquisição por ato de última vontade — testamento.....	914
8.	Aquisição por desapropriação	915
9.	Aquisição por arrematação ou adjudicação.....	915
9.1.	Arrematação	915
10.	Aquisição por força de lei ou Constituição	916
10.1.	Aprovação e registro do parcelamento.....	916
10.2.	Criação e instalação de Município	917
10.3.	Criação de Estado.....	918
10.4.	Reversão na extinção de concessão de serviço público.....	918
10.5.	Aquisição <i>ex vi constitutione</i>	919
10.6.	Declaração da vacância da herança.....	919
11.	Aquisição por investidura.....	920
III —	ADMINISTRAÇÃO.....	923
IV —	USO	924
1.	Utilização pela Administração Pública	924
2.	Utilização pelo povo.....	925
3.	Utilização privativa	925
4.	Instrumentos do uso privativo	927
4.1.	Concessão de uso	927
4.2.	Permissão e autorização	927
4.3.	Concessão de direito real de uso	928
4.4.	Cessão de uso	929
4.5.	Locação e comodato.....	930
V —	ALIENAÇÃO	931
1.	A alienabilidade dos bens públicos em geral	931
2.	A alienação dos bens públicos de uso comum e especial	934
3.	Espécies de alienação	935
3.1.	Incorporação.....	935
3.2.	Retrocessão	935
VI —	BEM PÚBLICO EM ESPÉCIE.....	936
1.	Terrenos de marinha	936
1.1.	Origem	936
1.2.	Finalidade e importância	936

1.3. Conceito e classificação	938
1.4. Propriedade	938
1.5. Natureza	938
1.6. Demarcação.....	939
1.7. A linha do jundu.....	940
1.8. Administração	941
1.9. Terrenos de marinha não se confundem com terrenos acrescidos, reservados e de mangue.....	941
1.10. Utilização e formas	942
1.11. Aforamento administrativo	944
1.12. Resgate das marinhas aforadas	945
1.13. Extinção do aforamento administrativo	946
1.14. Preferência municipal ou estadual	947
1.15. Interesses municipais sobre as marinhas.....	948
1.16. Desapropriação do domínio útil.....	951
2. Terrenos reservados ou terrenos marginais	952
3. Terrenos acrescidos	953
4. Terras indígenas	954
5. Terras devolutas	955
6. Plataforma continental.....	958
7. Faixas de fronteira.....	959
8. Ilhas	959
9. Solo criado.....	960

Capítulo XIV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I — CONTROLE.....	962
1. Introdução.....	962
2. Espécies	963
3. Conceito.....	963
II — CONTROLE ADMINISTRATIVO	964
1. Conceito.....	964
2. Objetivo	964
3. Fundamento	964
4. Instrumentos	964
4.1. Direito de petição	965

4.2. Pedido de reconsideração	966
4.3. Reclamação administrativa	967
4.4. Recurso administrativo ou hierárquico	967
5. Prescrição administrativa	972
6. O silêncio da Administração Pública	976
7. Coisa julgada administrativa	977
III — CONTROLE LEGISLATIVO.....	978
1. Conceito.....	978
2. Objetivo	978
3. Meios de controle legislativo	978
3.1. Comissão Parlamentar de Inquérito	978
3.2. Pedido de informação.....	979
3.3. Convocação de autoridades.....	979
3.4. Participação na função administrativa	980
3.5. Função jurisdicional	981
3.6. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	981
3.7. Sustação dos atos normativos do Executivo	982
IV — CONTROLE JURISDICIONAL.....	983
1. Conceito.....	983
2. Objetivo	983
3. Extensão	983
4. Fundamento	984
5. Sistemas.....	984
5.1. Sistema de administração-juiz.....	984
5.2. Sistema de jurisdição única.....	985
5.3. Sistema de jurisdição dual.....	986
6. Instrumentos do controle jurisdicional	986
6.1. Mandado de segurança.....	987
6.2. Ação popular	990
6.3. <i>Habeas data</i>	991
6.4. Mandado de injunção	993
6.5. Ação civil pública	994
7. Prescrição judicial	995
V — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM JUÍZO	997

Capítulo XV
PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

I — PROCESSO ADMINISTRATIVO	1002
1. Conceito.....	1002
2. Processo administrativo e procedimento.....	1003
3. Competência legislativa	1004
4. Princípios.....	1005
4.1. Princípio da legalidade objetiva.....	1005
4.2. Princípio da oficialidade.....	1006
4.3. Princípio do informalismo	1006
4.4. Princípio da publicidade.....	1007
5. Objeto	1007
6. Finalidade	1008
7. Fases	1008
7.1. Fase de instauração	1008
7.2. Fase da instrução.....	1010
7.3. Fase do relatório.....	1011
7.4. Fase da decisão ou julgamento.....	1011
8. Formação material do processo.....	1012
8.1. Autos suplementares	1013
9. Vista e cópia do processo	1014
10. Prazos de conclusão e prorrogação	1015
11. Espécies	1016
11.1. Processo de outorga	1017
11.2. Processo de polícia.....	1017
11.3. Processo de controle.....	1018
11.4. Processo de punição.....	1018
11.5. Processo de expediente	1019
12. Nas empresas governamentais e autarquias	1020
13. Arquivamento.....	1021
14. Certidão	1022
15. Extinção.....	1023
II — PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	1023
1. Conceito.....	1023
2. Fundamento	1024
3. Objeto e finalidade.....	1024
4. Obrigatoriedade	1024
5. Princípios.....	1026

6.	Fase da defesa.....	1026
6.1.	Ampla defesa.....	1026
6.2.	Contraditório ou contraditoriedade	1027
6.3.	Devido processo legal ou adequado processo jurídico	1028
7.	Conclusão	1028
8.	Procedimento criminal paralelo.....	1028
9.	Sanção disciplinar.....	1029
10.	Comissão processante.....	1032
10.1.	Composição.....	1032
10.2.	Competência.....	1033
10.3.	Espécies.....	1034
11.	Revisão	1034
III — SINDICÂNCIA		1035
1.	Conceito e finalidade.....	1037
2.	Natureza.....	1037
3.	Objeto	1037
4.	Instauração.....	1038
5.	Comissão de sindicância	1038
6.	Fases	1038
7.	Rito processual	1039
8.	Publicidade ou sigilo	1039
9.	Vícios.....	1039
IV — VERDADE SABIDA E TERMO DE DECLARAÇÃO		1040

Capítulo XVI

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

I — ASPECTOS GERAIS.....		1041
1.	Conceito.....	1042
2.	Fundamento	1042
3.	Evolução.....	1043
4.	Exclusão da responsabilidade.....	1048
5.	Características do dano reparável.....	1050
6.	Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.....	1050
II — REPARAÇÃO DO DANO E DIREITO DE REGRESSO ...		1052
1.	Procedimento administrativo.....	1052
2.	Procedimento judicial.....	1053

3. A indenização do dano	1054
4. Ação regressiva	1055
III — A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL	1056
1. Aspectos históricos.....	1057
1.1. Período colonial	1057
1.2. Período imperial	1057
1.3. Período republicano	1057
2. O § 6º do art. 37 da Constituição de 1988	1059
3. Responsabilidade objetiva por dano nuclear	1062
4. Responsabilidade das pessoas privadas prestadoras de serviço público	1062
5. Responsabilidade por atos terroristas	1063
6. Prescrição do direito de exigir indenização.....	1063
<i>Bibliografia</i>	1065
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	1075